



## Aprovada Liberdade Econômica sem trabalho aos domingos

Plenário aprovou MP que desburocratiza e simplifica processos para empresas e empreendedores. Texto, que vai à sanção, também altera Código Civil e fundos de investimentos



A relatora, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Fernando Bezerra Coelho e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, na sessão que aprovou a medida provisória

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória da Liberdade Econômica, que desburocratiza e simplifica processos para empresas e empreendedores. A votação foi possível após um acordo para a retirada de artigos que mudavam as regras para trabalho aos domingos e feriados.

Segundo a relatora, senadora Soraya Thronicke, as novas regras previstas na MP devem garantir ampla geração de emprego e melhor distribuição de renda no país.

O texto, que segue para sanção, também altera o Código Civil e regras dos fundos de investimentos. **3**

**Licenciamento ambiental é tema de audiência **8****

**Código Florestal será assunto de sessão temática **2****

**Bulgária e Hungria terão novos embaixadores **2****

### Auditoria externa em barragem de rejeitos poderá ser obrigatória

Projeto que obriga o empreendedor de barragens de rejeitos de mineração a contratar auditoria externa para validar inspeções foi aprovado ontem na Comissão

de Meio Ambiente e segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Objetivo é conseguir que eventuais riscos sejam detectados com maior antecedência. **7**

Autora da proposta, Rose de Freitas quer explicitar a necessidade de mineradora contratar auditoria externa



Moreira Maniz/Agência Senado

### Debate: reforma prejudica pobres, trabalhadores e aposentados

No segundo dia de discussão sobre a reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça, debatedores criticaram o texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Foram quatro mesas,

que contaram com a participação de especialistas, representantes dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Segundo eles, a reforma vai penalizar os pobres, aumentar as desigualdades

e prejudicar trabalhadores.

— O texto transfere os segurados da Previdência Social para a assistência social — disse o auditor-fiscal Décio Lopes. **4 e 5**

### Convidados veem prejuízo à imagem do agronegócio

O Brasil tem sido associado a desmatamentos, abuso de agrotóxicos e descaso com a pauta ambientalista e é preciso reagir, segundo participantes de debate na Comissão de Reforma Agrária. **8**

### Uso de inteligência artificial é apoiado em audiência

Segundo participantes de audiência na Comissão Senado do Futuro, o uso da inteligência artificial no setor público aumenta a transparência e aperfeiçoa a qualidade dos serviços. **6**



Presidindo a audiência, Paulo Paim (C) condenou a ausência de representantes do governo, que tem sido convidado para participar de todos os debates

Generaldo Magela/Agência Senado

Unlisted/Stock Photos



Estados não regulamentaram os programas, acarretando despesas maiores para os donos de propriedades rurais

## Código Florestal é tema de sessão temática no Plenário

Especialistas e senadores debatem hoje projeto do senador Luis Carlos Heinze, que amplia o prazo para o proprietário aderir ao Cadastro Ambiental Rural e ao Programa de Regularização Ambiental

O SENADO VAI promover sessão de debates temáticos no Plenário hoje, a partir das 11h, sobre o projeto que altera o Código Florestal. O requerimento para a discussão é do autor do PL 3.511/2019, senador Luis Carlos Heinze (PP-RS).

Segundo Heinze, quase sete anos após a sanção do Código Florestal (Lei 12.651, de 2012), muitos proprietários rurais ainda esperam que os estados implantem o Programa de Regularização Ambiental (PRA). O senador defende mais prazo para a adesão ao programa, por considerar que

a regularização ambiental é do interesse de todos. A União, disse, não pode intervir, invadindo a competência estadual.

A Lei 13.335, de 2016, estabeleceu o dia 31 de dezembro de 2017 como prazo para adesão ao PRA, mesmo limite para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Sucessivos decretos prorrogaram o prazo até dezembro de 2018.

### Custos

Heinze afirma que, encerrados os prazos para inscrição nos dois sistemas, os proprietários rurais que ainda não aderiram, por falta de regula-

mentação estadual, arcarão com obrigações de recuperação da vegetação em extensões maiores do que os demais, além de serem impedidos de ter acesso ao crédito rural e estarem sujeitos a multas dos órgãos ambientais.

Foram convidados para o debate o especialista em direito econômico e socioambiental Leonardo Papp, o pesquisador da Embrapa Evaristo Eduardo de Miranda, o relator do projeto do Código Florestal na Câmara, ex-deputado Aldo Rebelo, e o porta-voz da Coalizão Brasil Clima Florestas, André Guimarães.

## País terá novos embaixadores em Bulgária e Hungria

As embaixadas na Bulgária e na Hungria terão novos titulares. O Plenário aprovou ontem a indicação da diplomata Maria Edileuza Fontenele Reis para o cargo de embaixadora na Bulgária e, cumulativamente, na Macedônia do Norte, país estabelecido após a fragmentação da Iugoslávia. Foram 56 votos favoráveis e 3 contrários.

Edileuza exerceu diversas funções desde 1993, quando foi nomeada primeira-secretária em missão transitória na embaixada em São Domingos, capital da República Dominicana. Foi consulesa-geral-adjunta em Tóquio e Roma. Foi também diretora do Departamento da

Europa, consulesa-geral e embaixadora em Paris e delegada permanente na Unesco.

Edileuza disse, em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), que a prioridade dela como embaixadora na Bulgária será atrair investimentos brasileiros. — A Bulgária facilita ao máximo a instalação de empresas estrangeiras de médio e pequeno porte, visando exportar para os outros países da União Europeia. A carga tributária é muito baixa, cerca de 10%. Em áreas marcadas pelo desemprego, a carga é ainda menor.

José Luiz Machado e Costa foi aprovado para a embaixada

na Hungria. Votaram a favor 47 senadores, 3 contra e 4 se abstiveram. A indicação foi relatada por Marcio Bittar (MDB-AC).

Costa foi embaixador em Bogotá, Assunção, Paramaribo e Porto Príncipe.

A Hungria é um país autônomo desde 1918, quando, após a 1ª Guerra Mundial, foi extinta a monarquia que por mais 50 anos uniu a Áustria e a Hungria em um único império. Após a 2ª Guerra Mundial, em 1945, ficou sob o guarda-chuva da antiga União Soviética até 1989, quando foi um dos primeiros países do antigo bloco comunista a tornar-se novamente uma democracia.

## É possível acompanhar notas fiscais dos senadores

As notas fiscais apresentadas pelos senadores desde 1º de julho para ressarcimento de despesas no exercício da atividade parlamentar estão disponíveis na internet para consulta de qualquer pessoa.

Para acompanhá-las, é preciso abrir o site do Senado ([www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)) e clicar na aba Transparência, que aparece

no alto da página. Em seguida, no tópico “Senadores”, acessar o item “Cotas para Exercício da Atividade Parlamentar” e escolher o nome de um dos 81 senadores em exercício.

O internauta será direcionado para a página de transparência do senador. Lá aparecem as cotas, logo abaixo do perfil do parlamentar. Então, é só clicar

no valor, no mês da despesa e no ícone da nota para ter acesso a cada uma delas.

A iniciativa é mais um passo do Senado para fortalecer sua posição como uma das instituições públicas mais transparentes do país.

Vídeo explica como acompanhar: <https://youtu.be/wQ15yApduc8>

## Jean Paul parabeniza conquista em olimpíada de história

Jean Paul Prates (PT-RN) elogiou ontem a participação da Região Nordeste na 11ª edição da Olimpíada Nacional em História do Brasil. O evento foi realizado nos dias 17 e 18 de agosto na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), responsável pela iniciativa. O senador destacou que Rio Grande do Norte foi o estado com maior número de medalhistas.

Os potiguares conquistaram 20 medalhas no total, seguidos de Pernambuco (15), Ceará (14), Bahia (4), Piauí (3), entre outros estados. Das 75 medalhas distribuídas, 58 foram para a Região Nordeste.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Flávio Arns defende mais recursos e maior vigência para o Fundeb

Flávio Arns (Rede-PR) defendeu aumento no percentual de repasse dos recursos federais para o Fundeb. O senador destacou sua participação, como representante do Senado, no congresso da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), realizado na primeira quinzena de agosto, na Bahia.

Arns ressaltou o evento como fórum qualificado para discutir temas da educação básica e mostrou preocupação com o fato de que a vigência do fundo, previsto nas Disposições Transitórias da Constituição há 14 anos, termina no final de 2020.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Esperidião Amin relata reunião com Moro sobre Chapecoense

Esperidião Amin (PP-SC) anunciou que senadores se reuniram na terça-feira com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e com familiares das vítimas do acidente da Chapecoense, que matou 71 pessoas em novembro de 2016. Ontem Amin se reuniu com o embaixador da Bolívia no Brasil, José Kinn Franco. O senador disse ter esperança de que o governo brasileiro trate do assunto como questão de Estado para que se obtenha um acordo que possa reparar os danos dessas famílias, que até hoje não receberam tratamento adequado das autoridades.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Jayme Campos destaca importância da MP da Liberdade Econômica

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu ontem a Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019), antes da votação do texto em Plenário.

O senador destacou que o texto está comprometido com o empreendedorismo, a geração de emprego e a redução da burocracia que o poder público impõe ao setor produtivo.

Na opinião dele, o modelo atual esmaga e sufoca o empreendedor que quer investir, criar empresas, aperfeiçoar o modo de produzir, contratar trabalhadores e gerar riquezas para si e para o país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CCJ Nova Previdência

9h/14h Audiências para discutir a PEC 6/2019, sobre a reforma da Previdência.

#### CCT Requerimentos

9h Análise de 6 requerimentos.

#### CI Portabilidade da conta de luz

9h Audiência pública sobre o PLS 232/2016, que permite a portabilidade da conta de luz.

#### CE Método indiano de educação

10h Audiência para debater o método Sathya Sai Educare, com a participação, entre outros, do presidente do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil e do presidente do Instituto Myra Eliane.

#### CMA Licenciamento ambiental

10h Audiência pública sobre o PLP 71/2019, que possibilita o licenciamento ambiental automático. O ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, representante do Ibm e advogados estão convidados para o debate.

#### DEBATE TEMÁTICO Cadastro rural

11h Discussão do PL 3.511/2019, que dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiente (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

#### PLENÁRIO

14h Sessão destinada a discursos dos senadores e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



# Aprovada a MP da Liberdade Econômica

Permissão de trabalho aos domingos sem acordo coletivo foi retirada do texto, que autoriza o exercício de atividades econômicas em qualquer horário, sem cobrança ou encargo adicional

O SENADO APROVOU ontem a Medida Provisória da Liberdade Econômica, como ficou conhecida a MP 881/2019. O texto traz medidas de desburocratização e simplificação de processos para empresas e empreendedores. Durante a análise no Congresso, foram incorporadas alterações em regras trabalhistas. A aprovação no Senado se deu após acordo para suprimir artigos que permitiam trabalho aos domingos sem acordo coletivo. O projeto resultante da MP (PLV 21/2019) vai a sanção.

Por falta de quorum, a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (PLN 5/2019) foi adiada para terça-feira, às 19h.

De acordo com a MP da Liberdade Econômica, se observadas normas de proteção ao meio ambiente, condominiais, de vizinhança e leis trabalhistas, qualquer atividade econômica poderá ser exercida em qualquer horário. Mudanças feitas pelo Congresso garantem esse funcionamento inclusive em feriados, sem cobranças ou encargos adicionais.

— Essas regras dão início à alforria para os empreendedores, de modo a garantir ampla geração de emprego e melhor distribuição de renda em nosso país — disse Soraya Thronicke (PSL-MS), relatora-revisora da medida.

O texto inicial também dispensou de licença prévia do poder público as atividades de baixo risco para sustento próprio ou da família. Os par-

lamentares estenderam a regra a todos os empreendimentos de baixo risco.

Trechos que haviam sido incluídos pelo relator da comissão mista que analisou a medida, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), tiveram que ser retirados na Câmara. A preocupação era de que as mudanças contrariassem a proibição do Supremo Tribunal Federal (STF) de inclusão de temas estranhos, conhecidos como “jabutis”, em MPs.

Entre as alterações retiradas na Câmara, estão a isenção de multas por descumprimento da tabela de frete e mudanças nas regras de farmácias.

Outros pontos incluídos na comissão foram mantidos pela Câmara. Um deles foi o fim das restrições de trabalho aos domingos e feriados previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Pelo texto aprovado na Câmara, o empregador só seria obrigado a conceder uma folga aos domingos a cada quatro semanas e não precisaria pagar em dobro o domingo ou feriado trabalhado, se determinasse outro dia para folga compensatória. Após uma questão de ordem apresentada por Fabiano Contarato (Rede-ES) e um acordo anunciado por Otto Alencar (PSD-BA), a regra polêmica foi retirada do texto pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Outra das mudanças aprovadas pelo Senado é a criação da carteira de trabalho digital, com os registros feitos no sistema informatizado do documento.



Davi Alcolumbre, Antonio Anastasia, Soraya Thronicke, relatora, e Simone Tebet na sessão que aprovou o texto

Também foi autorizado o registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho. Nesse regime, horário de chegada e saída do funcionário só é registrado se há horas extras, atrasos, faltas e licenças.

## Licenças

Em relação aos prazos para obtenção de licenças, alvarás e quaisquer outras liberações pelo poder público, a MP determina que seja informado um prazo para análise. Isso se aplica somente aos órgãos federais, exceto se houver delegação para estados e municípios ou se o ente federativo decidir seguir a regra. Se depois do prazo não houver manifestação, o pedido será considerado atendido.

As exceções são quando se tratar de matéria tributária ou registro de patentes, se envolver compromisso financeiro da administração pública ou se houver objeção expressa em tratado internacional. Estão de fora, ainda, prazos para licença ambiental. Ainda assim, Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmaram que a MP coloca em risco o meio ambiente.

## Medida também alterou Código Civil e regras dos fundos de investimento

Além de mudanças em regras trabalhistas e medidas de desburocratização, a MP 881/2019 promoveu várias outras alterações, como mudanças no Código Civil e em regras dos fundos de investimento.

O texto aprovado ontem considera abuso do poder regulatório ações do governo como favorecer grupo econômico ou profissional na regulação, criando reserva de mercado; redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores no mercado; e exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado.

A MP também enumera direitos do empreendedor, seja empresa ou pessoa física. Entre eles, está o de definir livremente os preços. Essa liberdade se restringe a mercados não regulados e tem exceções como situações em que o preço de produtos e de serviços seja usado para

reduzir o valor de tributo. Também não valerá para confrontar a legislação da defesa da concorrência, os direitos do consumidor e as situações previstas em lei federal.

Outro direito previsto na MP é desenvolver, executar, operar ou comercializar novas modalidades de produtos e de serviços quando as normas infralegais se tornarem desatualizadas por força de desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente. Para Carlos Viana (PSD-MG), o Brasil precisa dizer àqueles que querem gerar trabalho que eles são bem-vindos para que o país possa reencontrar o caminho do crescimento.

— É hora do nosso país começar a encarar com coragem os novos tempos, para que a gente possa gerar empregos para os 13 milhões de brasileiros que estão nas filas todos os meses à espera de trabalho — afirmou.

## Programa Cidade Amiga do Idoso volta à Câmara

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que cria o Programa Cidade Amiga do Idoso, com o objetivo de incentivar municípios a adotarem medidas para o envelhecimento saudável e para aumentar a qualidade de vida da pessoa idosa. O PL 402/2019 retorna para nova análise da Câmara.

Do ex-deputado Ricardo Tripoli, o projeto determina que o município só poderá aderir ao programa se tiver Conselho Municipal do Idoso em funcionamento.

A prefeitura também deverá apresentar plano com ações para beneficiar e melhorar a condição de vida de pessoas idosas em aspectos como transporte, moradia, participação social, respeito, inclusão social, participação cívica,

emprego, comunicação, informação, apoio comunitário, serviços de saúde e mobilidade.

A cidade que conseguir resultados exitosos nesses aspectos poderão receber o título de Cidade Amiga do Idoso.



Emenda de Mara inclui acessibilidade entre os pontos dos planos municipais

Ainda de acordo com o projeto, o plano de ação municipal deverá seguir as regras instituídas pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003). Os municípios que aderirem ao Programa Cidade Amiga do Idoso terão prioridade no recebimento de recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei 6.256, de 1975.

A proposta foi aprovada com três emendas da relatora, Mara Gabrielli (PSDB-SP). Uma delas acrescentou a acessibilidade entre os aspectos considerados no plano de ação a ser adotado pelo município.

— Vai melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa nos municípios — disse o senador Paulo Paim (PT-RS), que relatou o projeto na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

## Senadores manifestam apoio a protestos pró-Receita Federal

Senadores registraram em Plenário apoio à manifestação organizada na Praça dos Três Poderes em defesa da Receita Federal. O Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil entregou aos senadores uma carta pedindo apoio aos servidores.

Alvaro Dias (Podemos-PR) leu o documento. Nele, os auditores afirmam que a instituição começou a sofrer interferência — com o afastamento de auditores e suspensão de investigações — a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União. Para o senador, as interferências refletem um retrocesso imperdoável.

Para Alessandro Vieira (Cidadania-SE), é possível perceber com clareza o ataque às instituições que fazem o



Alvaro Dias lê documento em que servidores da Receita pedem apoio

combate à corrupção.

Reguffe (sem partido-DF) afirmou que a Receita Federal vem sendo “atacada” e que os senadores não podem admitir o enfraquecimento da instituição. Lasier Martins (Podemos-RS) e Jorge Kajuru (Patriota-GO) também registraram solidariedade à categoria.

# Em 2º dia de audiências em comissão, debatedores criticam nova Previdência

Senador Paulo Paim lamentou a ausência de representantes do governo nas discussões temáticas da CCJ, organizadas pela liderança do PT



O SEGUNDO DIA de discussões sobre a reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi marcado por críticas a diversos pontos do texto (PEC 6/2019). Organizadas pela Liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), as quatro mesas temáticas de ontem tiveram a participação do ex-ministro do Trabalho e Previdência Social Miguel Rosseto, de sindicalistas e membros da Receita Federal e do Ministério Público.

O presidente da primeira mesa, senador Paulo Paim (PT-RS), condenou a ausência de representantes do governo na audiência. Ele disse que tem feito convites em todos os debates e que chegou a questionar o ministro da Economia, Paulo Guedes, por achar importante o contraponto nas discussões.

— Fiz umas 30 audiências sobre Previdência. Eles vieram a duas ou três e, nas outras todas, não.

Para Rosseto, os aposentados serão os mais prejudicados com a PEC 6/2019. Segundo o ex-ministro, as pessoas que têm hoje média salarial de R\$ 2.240,90 recebem 90% dessa média ao se aposentarem, passando a ter direito a R\$ 2.016,81 mensais. Com a aprovação da reforma, a média salarial dos trabalhadores

caí para R\$ 1.899,41 e a aposentadoria, para R\$ 1.139,65. Uma perda de R\$ 877,16, explicou.

— O projeto que a Câmara aprovou, por maioria, vai fazer com que esse Pedro, esse cidadão brasileiro, nas mesmas condições, de 65 anos e com 20 anos de trabalho comprovado em carteira, não receba mais de R\$ 2.016 por mês — lamentou.

O assessor jurídico e legislativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Paulo Penteado, questionou o déficit da Previdência, afirmando que o Brasil renunciou a R\$ 925 bilhões destinados à seguridade social entre 2007 e 2016. Segundo ele, são esses benefícios fiscais dados pelo governo que prejudicam o sistema.

— É uma renúncia expressiva. E se nós atualizarmos de acordo com a taxa Selic, teremos R\$ 1,5 trilhão; na taxa do BNDES, R\$ 2,234 trilhões; e no IGP-M, R\$ 2,265 trilhões. Dinheiro que deixou de entrar para o caixa da seguridade social brasileira por força de isenções concedidas por lei — disse.

— É uma renúncia expressiva. E se nós atualizarmos de acordo com a taxa Selic, teremos R\$ 1,5 trilhão; na taxa do BNDES, R\$ 2,234 trilhões; e no IGP-M, R\$ 2,265 trilhões. Dinheiro que deixou de entrar para o caixa da seguridade social brasileira por força de isenções concedidas por lei — disse.

## Pensões por morte

Outro ponto criticado por Paulo Penteado é a nova regra para pensões por morte. Ele explicou que atualmente um servidor público com salário de R\$ 12 mil deixa R\$ 10.150,34 de

pensão, no caso de ter apenas um dependente e após 20 anos de contribuição. Com a PEC 6/2019, esse benefício passará a ser de R\$ 3.024,00.

— É importante dizer que o direito à pensão nasce com a morte. Vejam como isso é grave: o sujeito morreu na véspera da publicação da PEC, a pensão é de R\$ 10 mil. Ele morreu no dia da publicação da PEC, a pensão é de R\$ 3 mil. É o que vai acontecer.

## Transparência

O secretário-adjunto de Organização e Política Sindical, Eduardo Guterra, cobrou clareza e transparência no debate sobre a reforma da Previdência. Ele questionou as motivações do go-

verno, afirmando que a proposta só tem prejudicado os trabalhadores. Guterra citou dados do Dieese, segundo os quais há 33 milhões de pessoas trabalhando sem carteira assinada no Brasil e, portanto, não recolhendo contribuições ao INSS.

— Isso choca com a reforma da Previdência porque quer dizer que essas pessoas também não contam tempo para se aposentar. A PEC, ao archar os benefícios previdenciários em torno do salário mínimo, retira renda dos trabalhadores, inibe o consumo, agrava o desemprego, faz a economia não girar e não ter aquecimento — lamentou.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais

da Receita Federal do Brasil, Décio Bruno Lopes, defende que o serviço público não siga as regras de transição para a aposentadoria. Segundo ele, a Previdência do funcionalismo já está resolvida desde 2004, quando o cálculo passou a ser o mesmo do Regime Geral, e a paridade e integralidade de proventos deixaram de existir.

— Por que o servidor tem de ser massacrado? É porque ele recebe um benefício melhor? Sim. Ele recebe um benefício melhor porque paga 11% sobre a totalidade da sua remuneração, e vai pagar 14% ou 22%, se os senhores deixarem essa reforma ser aprovada do jeito que ela está — observou.

— Se o próprio governo diz que é uma coisa falida, que a Previdência está falida, se eu entrar em um sistema já falido, o que vou receber no futuro? — indagou.

## Retrocesso

Décio disse ainda que enxerga retrocesso na PEC da Previdência. Para ele, o texto transfere os segurados da Previdência Social para a assistência social, gerando uma situação de miserabilidade.

Ele acrescentou que a reforma desvaloriza a Previdência, sem a garantia da integração de novos segurados ao sistema.

— Se o próprio governo diz que é uma coisa falida, que a Previdência está falida, se eu entrar em um sistema já falido, o que vou receber no futuro? — indagou.

A segunda mesa de debates foi presidida pelo senador Humberto Costa (PT-PE), que leu comentários e questionamentos de internautas, encaminhados por meio do canal interativo e-Cidadania. Ricardo Rodrigues, de São Paulo, discorda das mudanças nas regras para pensões por morte. Mateus Francisco Abrantes Daniel, de Pernambuco, classificou a PEC 6/2019 como uma proposta necessária ao país, apesar de também discordar de pontos do texto. Já Mathews Souza, do Rio Grande do Norte, questionou as razões de se adotar um modelo de Previdência que fracassou no Chile.

Segundo Humberto, a reforma

gera injustiças para os trabalhadores. Ele citou o exemplo de pessoas com direito à aposentadoria especial, como os operadores de máquinas de raios-X, por exemplo, que passarão a obedecer o critério da idade mínima.

— Significa que, mesmo contra as orientações de que aquilo vai provocar uma leucemia, um câncer, vão ter que trabalhar mais tempo. Isso é de uma injustiça e de uma burrice, porque mais cedo ou mais tarde, vai representar um custo para o Sistema Único de Saúde, a fim de tratar a doença que adquiriram naquela condição.

O diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Diego Cherulli, defendeu a revisão da proposta, mesmo que o Senado faça mudanças e o texto retorne à Câmara. Para ele, itens como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a aposentadoria especial e a pensão por morte precisam ser reformulados. Cherulli é contrário à elaboração de uma PEC paralela, que seria apresentada para que os senadores não alterem o texto aprovado pelos deputados. O advogado disse que essa medida resultará em insegurança jurídica e invalidação de efeitos da futura lei.

— Dividam as discussões do que deve ser discutido, façam de uma vez um texto único. Aprove a PEC 6 para dar segurança à sociedade, vamos focar no objetivo, alinhar uma interlocução com a Câmara e resolver esse problema econômico. Finalizo clamando: se houver diálogo, é possível que os deputados o aprovem, e esse texto retorne aqui ainda este ano.



Relator da proposta, Tasso Jereissati (2º à dir.), ao lado do presidente da mesa, Humberto Costa (2º à esq.), para quem a reforma é injusta com os trabalhadores

## Convidados pedem ajustes na reforma para proteger mais pobres

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promoveu ontem à tarde mais uma audiência para debater a proposta de reforma da Previdência, relatada na comissão por Tasso Jereissati (PSDB-CE). Inclusão, justiça previdenciária, financiamento, falhas no texto da PEC e regras para o benefício de prestação continuada foram alguns dos temas abordados.

A diretora adjunta de Previdência do Servidor Público do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Thais Riedel, disse que a reforma precisa pensar nos “cálculos de risco”, para que a Previdência seja equilibrada atuarialmente. Ela apontou que o texto erra ao considerar os mesmos cálculos para os benefícios programados e para os não programados, como o afastamento por doença e a aposentadoria por invalidez.

Segundo a diretora do IBDP, esse cálculo termina punindo quem adoece ou fica inválido. Thais citou os que trabalham em situação insalubre, que, pelo texto, podem se aposentar com 25 anos de trabalho, mas só

receberão o benefício na totalidade se comprovarem 40 anos de contribuição. Para Thais, essa regra é claramente uma injustiça. Ela acrescentou que uma aposentadoria por invalidez, com as novas regras, pode ser reduzida em cerca de 45% do valor e apontou que o texto tem questões que podem ser consideradas inconstitucionais.

— O texto precisa de ajustes técnicos, sob pena de uma precarização muito grande para pessoas necessitadas — frisou.

## Financiamento

O presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social (SBPS), José Pinto de Mota Filho,



Paulo Paim preside audiência com participação de Miguel Rosseto

lembrou que a desigualdade social vem aumentando no Brasil nos últimos quatro anos. Ele disse que a Previdência tem um papel importante na distribuição de renda, mas registrou que a reforma pode aumentar ainda mais a concentração. Mota Filho chegou a prever que alguns itens do texto da proposta serão questionados no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para ele, a questão do financiamento da Previdência também não pode ser esquecida. Ele lamentou o desemprego e a falta de perspectiva na política econômica do país e explicou que, com poucos empregos formais, há menos arrecadação

para a Previdência. O presidente da SBPS ainda previu que o próximo governo vai voltar a falar de reforma da Previdência, diante da falta de política de financiamento.

— Essa questão do financiamento não é abordada na PEC. O foco da reforma é cortar despesa, o que significa cortar acessos e benefícios dos trabalhadores.

Jaques Wagner (PT-BA), que presidiu a audiência, reconheceu que as regras previdenciárias devem ser atualizadas, mas cobrou regras de transição e sugeriu mais estudos sobre isenções e novos tributos como forma de incrementar os recursos da Previdência. Para Paulo Paim (PT-RS), a reforma não pode ser apenas para “mandar a conta para o trabalhador”. Ele sugeriu outras fontes de financiamento, como a tributação sobre lucros e dividendos, e pediu mais debates sobre a reforma.

— Se essa reforma for aprovada, poderemos chegar a um estado de miséria — disse o senador.

## Debate aponta risco de aumento da desigualdade

Na audiência da tarde na CCJ, a doutora em Sociologia Luciana Jaccoud, especialista em Assistência Social e Pobreza, deu uma visão geral sobre o funcionamento do benefício de prestação continuada (BPC).

Ela disse que o benefício tem grande impacto na redução da pobreza e da desigualdade social. Segundo Luciana, estudos já indicaram o BPC como um dos itens mais relevantes na evolução do índice de Gini, usado para medir a concentração de renda e a desigualdade social. A socióloga apontou que a constitucionalização da renda familiar de um quarto de salário mínimo como critério de concessão para o BPC prejudica principalmente os deficientes, já que 25% desses benefícios são decididos judicialmente, diante de casos complexos.

— Boa parte dessas ações são movidas por famílias que têm renda maior que um quarto, mas menor que meio salário mínimo. A redação da PEC da reforma da Previdência claramente sinaliza um acesso restritivo e uma exclusão não só dos futuros beneficiários, mas mesmo dos



Jaques Wagner ouve Rosângela Cordeiro, do movimento das camponesas

do presente — alertou.

A coordenadora nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, Rosângela Piovizani Cordeiro, disse que a luta deveria ser, na verdade, por mais inclusão no sistema. Ela lembrou que os benefícios previdenciários são importantes para a economia dos pequenos municípios do país.

— Com uma aposentadoria, uma pensão ou um benefício, muita gente pode se alimentar melhor, comprar remédio e aliviar os hospitais públicos — declarou. Representante da Central da Classe Trabalhadora (Intersindical), Édson Carneiro da Silva

pediu para que o Senado não seja um mero carimbador da Câmara dos Deputados.

— A proposta do governo não é uma reforma, mas uma sentença de condenação para que milhões de pessoas passem a viver em miséria — afirmou.

O secretário geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Moacyr Roberto Tesch Auersvald, pediu uma melhor gestão da Previdência. Para a diretora da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), Sônia Meire, a reforma é a quebra de um pacto entre gerações e a destruição da política da seguridade social.



Rogério Carvalho preside audiência ao lado do relator, Tasso Jereissati

## Para sindicatos, perdas atingirão trabalhador privado e servidor

Representantes de entidades dos trabalhadores ouvidos na tarde de ontem na CCJ avaliaram que a proposta de reforma da Previdência é prejudicial tanto ao trabalhador privado quanto ao servidor público.

Consultor legislativo do Senado, Luiz Alberto dos Santos disse que o tema da reforma é complexo e apontou problemas no texto da PEC. Segundo ele, a proposta contém previsões “inconsistentes e até mesmo inconstitucionais”. Santos cobrou a reforma dos militares, que seria um dos principais problemas previdenciários do país, e apontou que a PEC pode trazer insegurança jurídica, ao retirar regras previdenciárias da Constituição.

Para o consultor, as novas regras prejudicam os mais pobres, que receberão menos em caso de pensão por morte, invalidez e outras situações. A reforma também prejudicaria os servidores públicos, que em alguns casos, por conta das regras que somam tempo de contribuição e idade, terão de trabalhar até os 70 anos ou terem 43 anos de contribuição.

— Estamos em uma corrida de obstáculos com obstáculos móveis. [A reforma] certamente vai gerar uma judicialização em muitas questões — avaliou.

O presidente da Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Celso Pereira Cardoso Junior, classificou como mito a ideia de que o Estado brasileiro é muito grande. Ele disse que o número de servidores é praticamente o mesmo desde 1988, ano da promulgação da Constituição, e que existem carências específicas de funcionários em algumas áreas. Cardoso Junior também criticou a ideia de acabar com a estabilidade do servidor (PLS 116/2017).

— Essa reforma pode, na verdade, entregar estagnação e colapso social — alertou.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Fernando da Silva Filho, a reforma proposta pelo governo retira direitos previdenciários. Ele destacou que mudanças recentes na legislação trabalhista, como o trabalho intermitente e

a terceirização irrestrita, comprometem o financiamento dos recursos da Previdência. Segundo o presidente do Sinait, a reforma da Previdência deveria ser discutida em harmonia com outras pautas, como a saúde do trabalhador e a qualidade de vida.

— Temos alterações que modificam formas de acesso, benefícios e cálculo. Alguns trabalhadores ficam em exposição ao risco. Assim, precisamos ouvir os argumentos técnicos, e não apenas políticos ou fiscais.

A secretária-geral da Central do Servidor, Sílvia Helena de Alencar Felismino, afirmou que a reforma é cruel com os pensionistas e joga milhões de brasileiros na miséria. Ela cobrou uma reforma tributária mais simples e mais justa e disse ter certeza de que o Senado vai fazer uma reflexão sobre o texto aprovado na Câmara, para o bem do trabalhador e do país.

Para Flávio Arns (Rede-PR), o texto da reforma do jeito que está pode comprometer o planejamento dos trabalhadores e ser classificada como “uma apropriação indébita”.

— Acho que existe o consenso de que uma reforma tem que acontecer. Como fazer isso é a grande questão. Não podemos frustrar todo o planejamento construído — disse o senador.

Rogério Carvalho (PT-SE) afirmou que as preocupações apresentadas pelos debatedores têm muita consistência e pertinência. Ele disse que a retirada de recursos que circulam no consumo pode comprometer a economia do dia a dia. Para o senador, o texto não pode passar sem ajustes e é preciso encontrar um caminho para a “redução de danos”.

Relator da reforma no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE) admitiu que tem o difícil papel de ajustar a questão fiscal com as demandas apresentadas. Segundo ele, o déficit da Previdência é um fato e compromete os investimentos públicos. O relator acrescentou que anotou as sugestões e vai trabalhar no tema buscando o equilíbrio.

— Se tivermos que corrigir, a base da correção será de baixo para cima, dos mais vulneráveis para os de cima da pirâmide — prometeu Tasso.

## Professores do RS estão sem receber, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) trouxe ao Plenário ontem uma denúncia da deputada estadual Sofia Cavedon, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de que professores da rede pública estão sem receber salários. De acordo com o senador, dos 19 mil docentes contratados pelas escolas estaduais, cerca de 3,4 mil estão sem o pagamento.

Paim também destacou alerta da coordenadora nacional da Auditoria da Dívida Cidadã, Lúcia Fatorelli, sobre os riscos de a reforma da Previdência deixar muitas pessoas sem receber um trilhão em aposentadoria, pensão e outros benefícios já garantidos da seguridade social.

## Proposta prejudica vulneráveis, diz Humberto Costa

As regras para aposentadoria previstas na proposta de reforma da Previdência são cruéis principalmente para a parcela mais pobre da sociedade, que recebe até R\$ 2 mil, disse Humberto Costa (PT-PE).

— Uma sociedade já profundamente desigual como a nossa será formada, nas próximas décadas, por uma legião de miseráveis, largada à margem de qualquer sistema de proteção social, sobretudo os em situação de maior vulnerabilidade, como idosos e doentes — disse.

Humberto alertou que a economia de 70% dos municípios depende dos benefícios pagos pelo INSS, que deverão ser reduzidos ou cortados com a reforma.

## Marcos Rogério: reforma tributária ajudará economia

Uma das pautas prioritárias para o Brasil retomar o crescimento econômico e social é a reformulação do sistema tributário, que carece de desburocratização, disse Marcos Rogério (DEM-RO), elogiando a PEC 110/2019. O senador enalteceu também a MP da Liberdade Econômica (MP 881/2019), dizendo que a medida significa uma mudança de mentalidade da sociedade, afastando a burocracia e a ineficiência administrativa. Ele afirmou ainda que vários são os aspectos positivos da MP, entre eles o fato de que a interpretação do texto legal deve favorecer o empreendedor.



Waldemir Brito/Agência Senado

# Debate: governo deve usar mais inteligência artificial

Audiência na Comissão Senado do Futuro concluiu que a tecnologia é importante para aumentar a transparência e melhorar a qualidade do serviço público, mas ainda é preciso discutir como implementá-la

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL contribuiu para fomentar a transparência, o controle social e o aperfeiçoamento de políticas públicas, com o aumento da qualidade do serviço e da capacidade do trabalho humano, mas é necessário discutir a forma de implementá-la. A conclusão é dos participantes de audiência na Comissão Senado do Futuro, que ontem debateu o uso da tecnologia no serviço público.

Autor do requerimento da audiência, o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) disse que a inteligência artificial está em todos os lugares, menos no serviço público, que poderia tornar-se mais eficiente com ela. Mas, segundo o especialista em políticas públicas e gestão governamental, Thiago Marzagão, a tecnologia de inteligência artificial já é usada pela Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do projeto Malha Fina de Convênios, que analisa repasses da União a estados, municípios e a algumas entidades privadas.

Segundo ele, há mais de 15 mil prestações de contas referentes a convênios pendentes de análise no órgão, algumas potencialmente irregulares, envolvendo mais de R\$ 17 bilhões. Antes do programa, 44 mil prestações de contas já haviam sido analisadas manualmente. Marzagão disse que o novo modelo tecnológico tem acerto razoável, dando segu-



Zequinha Marinho preside debate entre Thiago Marzagão e Felipe Roquete

rança para aplicação prática na CGU.

O coordenador-geral de Análise Antitruste do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Felipe Roquete, afirmou que o programa Cérebro, criado pelo Cade, utiliza inteligência artificial para detectar indícios de cartéis em licitações públicas. De acordo com ele, no entanto, o órgão ainda está atrasado, devido às características específicas dos tipos de conduta investigadas, ao contrário dos órgãos parceiros de persecução e controle, como o Ministério Público, estruturados há mais tempo.

— A gente tem mapeado o que tem sido desenvolvido por nossos parceiros para depois implantar em nossa realidade.

O presidente da Associação Brasileira de Inteligência Artificial (Abria), Jhonata Emerick, disse que é preciso discutir como a atuação do governo

será inserida no novo contexto tecnológico.

Também o pesquisador de inteligência artificial Ricardo Fernandes afirmou que é preciso identificar como será feita a aplicação da tecnologia pelo setor público, se por meio de contratações, aproximação com o meio acadêmico e *startups* (empresas emergentes) ou pelo desenvolvimento dos servidores públicos.

## Índices

Fernandes destacou que a tecnologia pode contribuir para a melhoria dos índices econômicos, sobretudo no Brasil, onde a participação do setor público no PIB atinge 35%. E disse que ela não afetará a geração de empregos no governo, em vista da grande demanda de serviços públicos no país.

— Ela não vai acabar com os empregos, mas melhorar a prestação dos serviços.

# Avança projeto que cria programa de certificação para artesanato

O artesanato brasileiro pode ganhar certificação de qualidade e origem. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o projeto que cria o Programa de Certificação do Artesanato Brasileiro, em suas diversas modalidades (PLS 256/2015). O objetivo é atestar a origem e a condição de produto artesanal. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à qual compete a decisão final se não houver recurso para votação em Plenário.

De acordo com o texto, o programa de certificação servirá, principalmente, para valorizar o artesanato brasileiro, ampliando sua presença no mercado nacional e internacional e estimular a competência técnica e empresarial dos artesãos.

Além disso, a busca pela certificação contribuiria, segundo a autora da proposta, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), para desenvolver a consciência desses profissionais sobre os valores culturais, estético-formais e socioambientais relacionados à sua atividade. Com isso, a senadora espera que seja possível assegurar maior reconhecimento ao produto e, por consequência, maior renda e melhor qualidade de vida aos artesãos.

## Cultura regional

O projeto estabelece critérios para certificar os produtos artesanais: autenticidade, qualidade técnica, qualidade formal e estética, representatividade da cultura regional e

adequação ambiental e social de seu processo de produção.

O relator, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), apresentou parecer favorável à proposta. Para ele, a iniciativa trará impactos econômicos positivos, pois será agregado maior valor aos produtos, com reflexos diretos na renda dos artesãos e na atividade econômica das regiões onde vivem.

— A iniciativa é pertinente, oportuna, justa e meritória, dado que a instituição do programa de certificação do artesanato brasileiro deverá ter claros impactos positivos.

O presidente da comissão, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), louvou a iniciativa e sugeriu que, em um segundo passo, os senadores facilitem a questão da venda dos produtos artesanais, eliminando a burocracia.

## Gás de cozinha

Os senadores da CDR aprovaram ainda requerimento do senador Jaques Wagner (PT-BA) para debater a proposta de venda fracionada de gás de cozinha (GLP) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo Jaques Wagner, é preciso entender como será esse processo para que não haja fraudes nas vendas de botijões de gás.

A CDR aprovou ainda requerimento do senador Izalci para realizar audiência pública sobre as ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) para os próximos dois anos.

# Comissão discute hoje método Sathya Sai Educare

A Comissão de Educação (CE) discute hoje em audiência o conceito de educação e melhores práticas “Sathya Sai Educare”, um método indiano que tem por objetivo integrar ao ensino tradicional conhecimentos para a formação do caráter, com o desenvolvimento de valores humanos.

Autor do requerimento para

o debate, o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) explica que o programa é fundamentado em aspectos como responsabilidade social, qualidade de ensino e valores humanos, em que o objetivo principal é a transformação da comunidade por meio de material didático e corpo docente qualificado.

“O sistema tem uma filosofia

educacional que visa somar à formação acadêmica uma sólida constituição humana e de caráter”, explica.

Entre os convidados, representantes do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil, da Secretaria de Educação do Ceará, da Universidade de São Paulo (USP) e do Ministério da Educação.



Rodrigo Cunha é o relator do projeto de Maria do Carmo Alves



## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal  
**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer  
**Diagramação:** Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Atletas pedem estímulo a academias para combater sedentarismo no país

Participantes de audiência destacaram que esportes não são apenas uma prática de lazer, mas de saúde que pode evitar doenças crônicas

O BRASIL É o quinto país mais sedentário do planeta, com estimados 44% da população adulta considerada inativa, bem acima da média mundial, de 28%. A falta de exercício físico facilita o surgimento de doenças crônicas e agrava as existentes. Para alterar esse quadro, é preciso estimular a prática pelos cidadãos, seja com políticas governamentais, seja com facilidades para que o setor de academias e equipamentos de ginástica se expanda e ofereça serviços mais baratos à população. Audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação e Esporte (CE), ontem, abordou o combate ao sedentarismo e às doenças crônicas.

O ex-nadador olímpico Gustavo Borges, representante da Associação Brasileira de Academias (Acad), informou que a entidade está viabilizando o programa Brasil+Ativo, de combate ao sedentarismo. A meta é reduzir os atuais índices de sedentarismo em 10% até 2025 e em 15% até 2030. Para alcançar essa meta, frisou, é necessária a união de esforços de governo, sociedade civil e setor privado.

Os participantes cobraram políticas públicas e ações do governo, desde a educação

para a saúde e a atividade física, quanto estímulo, com oferta de locais adequados para a população se exercitar. Também defenderam menos tributação do setor, com redução da cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os equipamentos, por exemplo.

— No nosso país, as atividades físicas, em termo de setor comercial, são consideradas de lazer. Pediria uma discussão para inserir todas essas atividades como área de saúde, o que pode, inclusive, simplificar a burocracia — afirmou o presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confed), Jorge Steinhilber.

A burocracia dificulta tanto a abertura de negócios quanto a adesão de praticantes, como apontou Monica Marques, da International Health and Racquets Sports Club Association. Segundo ela, quando um sedentário faz os exames médicos e avaliações físicas requeridos antes de se inscrever numa academia, acaba desistindo de continuar a prática.

Ela salientou que não há perigo na atividade física e o número de mortes súbitas por exercício físico é pequeno: uma morte a cada 1,5 milhão de episódios de esforço vigoroso entre homens e uma a cada



Gustavo Borges fala em audiência presidida pelo senador Romário

36,5 milhões entre mulheres.

— Na reforma tributária, a gente vê várias oportunidades para que a atividade física tenha a consideração, a importância e o alcance que ela pode ter, especialmente na economia dos gastos públicos com a prevenção de doenças e a redução da sobrecarga do sistema de saúde — afirmou.

## Recomendações

O representante do Ministério da Saúde, Lucas Matturro, afirmou ser interesse do governo dar atenção à prática de exercícios físicos como promotora de saúde. Várias medidas estão em estudo, informou, como a elaboração de um guia de atividade física, com recomendações e

orientações importantes aos cidadãos para a prática.

— Temos que atingir todos os públicos. Para isso não basta uma metodologia, precisamos de várias e de articulação. Vamos chamar o setor privado para conversar e descobrir juntos como contribuir para a prática da educação física.

O senador Romário (Podemos-RJ) sugeriu que seja facilitada a utilização dos equipamentos e espaços para a prática de atividades de entidades como o Banco do Brasil e o Sistema S.

A CAS também aprovou requerimentos de audiências, entre elas uma para instruir o PLS 396/2018, que altera o indicador utilizado para corrigir as dívidas trabalhistas.

## Proteção aos animais pode ser obrigatória em desastres

O projeto que normatiza a proteção de animais em situações de desastre foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). A proposta (PL 2.950/2019) segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto, de Wellington Fagundes (PL-MT), teve voto favorável do relator, Plínio Valério (PSDB-AM), sem alterações. A proposta determina que os donos de empreendimentos que possam causar significativa degradação ambiental protejam os animais silvestres e domésticos, mediante treinamento dos seus funcionários em busca, salvamento e cuidados e elaboração de plano de ação de emergência.

Entre as medidas reparadoras, também previstas no projeto, estão a oferta de veículos e equipamentos para busca e salvamento, a oferta de água, alimentos, medicamentos e abrigo, e o atendimento veterinário.

## Comoção

Para Wellington, a comoção pelas perdas humanas nas tragédias da Samarco, em Mariana (MG), em 2015, e da Vale, em Brumadinho (MG), este ano, torna-se ainda maior quando se pensa na destruição do meio ambiente e na morte dos animais.

“Em meio à ruína nos meios urbano e rural, foram vistos cães e gatos cobertos de lama, animais silvestres perdidos e animais de criação, galinhas, bois e vacas atolados na luta pela vida. Eles também são uma realidade jurídica”, explica no relatório.

O projeto tipifica o crime de “provocar desastre que prejudique a vida e o bem-estar de animais silvestres ou domésticos”, com pena de detenção de três meses a um ano, mais multa. A proposta ainda ressalva que a prioridade no atendimento em desastres deve ser sempre a vida humana.



Plínio Valério relatou texto sobre proteção de animais

## Colegiado aprova auditoria externa em barragens

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto que obriga o empreendedor de barragens de rejeitos de mineração a contratar auditoria externa para validar as inspeções exigidas pela Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334, de 2010). O PL 2.707/2019 segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A autora da proposta, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), afirma ser imprescindível “explicitar a necessidade de as mineradoras contratarem uma auditoria externa. Se os dados submetidos pelas empresas tiverem sido confirmados por auditores externos, os órgãos de fiscalização terão maior confiança nas informações prestadas e poderão detectar com maior antecedência eventuais riscos”.

O relator do texto, senador Carlos Viana (PSD-MG) considerou meritória a proposta, especialmente “diante da repetição de desastres provocados por barragens de rejeitos”, nos quais, segundo



Carlos Viana deu parecer favorável a projeto de autoria de Rose de Freitas

ele, não é possível afastar a culpa das mineradoras, sobretudo da Vale.

“Nesse contexto, o PL 2.707 de 2019 acrescenta um instrumento para aumentar a confiabilidade dos trabalhos e dos relatórios de inspeção de segurança de barragens de rejeitos: os empreendedores responsáveis por essas estruturas terão que contratar auditores externos para validar os resultados dessas inspeções”, afirma na justificativa.

Carlos Viana apresentou emenda para garantir que a



Fotos: Jefferson Rudy e Roque de Sá/Agência Senado

inspeção de segurança especial e a revisão periódica de segurança sejam feitas apenas por “profissionais externos”, deixando mais explícito o disposto na Lei 12.334.

## CPI

Durante a votação, o senador elogiou Rose de Freitas pelo projeto e pelo desempenho na presidência da CPI de Brumadinho, da qual ele foi relator: “Uma das principais conclusões que tivemos nessa CPI foi a de que o conflito de interesses que hoje permeia a relação entre as empresas

# Imagem do país no exterior preocupa agronegócio, afirmam debatedores

Representantes do governo e de órgãos de exportação da produção rural temem associação do país a agrotóxicos e a descaso ambiental

REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS ligados à exportação da produção agrícola disseram ontem, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que o Brasil cada vez mais tem sido associado a desmatamentos, abuso de agrotóxicos e descaso com a pauta ambientalista pela mídia e movimentos sociais internacionais. Segundo eles, é preciso que o Estado brasileiro reaja a esta situação.

Para o secretário de Política Externa Comercial e Econômica do Itamaraty, Norberto Moretti, o Brasil está “perdendo a guerra da informação” para movimentos articulados internacionalmente que têm o interesse comercial de prejudicar nosso agronegócio.

— A imagem de nosso país no exterior tornou-se uma preocupação de todos, no governo e no setor privado. Uma percepção equivocada sobre nosso agronegócio vem se sobrepujando, resultado em parte de ignorância, em parte de má-fé e interesses inconfessáveis. Várias forças se conjugaram visando consolidar uma imagem equivocada sobre a sustentabilidade ambiental e a segurança social de nosso agro — disse.

Moretti citou o boicote liderado pela rede de supermercados sueca Paradiset, a maior da Escandinávia, contra produtos brasileiros. A Paradiset já reti-



Herlon Brandão, do Ministério da Economia, fala observado por Soraya

rou das suas prateleiras todas as marcas de café, água de coco, chocolate, limão e manga produzidas aqui, alegando que o Brasil virou “o paraíso dos agrotóxicos”.

A audiência foi presidida por Soraya Thronicke (PSL-MS). A senadora informou que uma rede de supermercados da Nova Zelândia também começou a boicotar os produtos importados do Brasil.

## Narrativas

Moretti acrescentou que o Itamaraty juntou-se ao Ministério da Agricultura e a outros órgãos visando reverter a “guerra de narrativas”.

— Monitoraremos o que vem sendo feito e disseminaremos as informações certas. O Estado brasileiro precisa de uma narrativa integrada, baseada em dados científicos sólidos publicados por instituições respeitadas aqui e lá fora. Parte de nossa estratégia será usar

as redes sociais para disseminar as informações corretas e recompormos nossa imagem — revelou.

Soraya sugeriu ao presidente da Embrapa, Celso Moretti, presente à audiência, que expor a tecnologia brasileira de reflorestamento para a União Europeia (UE).

— O Brasil é agro, mas também é verde. Que a Embrapa ajude a UE, já que eles desmataram todas as suas florestas e emitem tanto CO<sup>2</sup>. Conheço produtores de grãos brasileiros interessados em exportar as sementes. Convido as mais de 100 ONGs milionárias do Fundo Amazônia a também aderirem a esta causa, vamos criar um fundo mundial de reflorestamentos — pediu.

Luis Carlos Heinze (PP-RS) disse que o acordo recentemente firmado entre Mercosul e UE lhe traz temores. O senador avalia que Argentina e Uruguai oferecem uma

concorrência “quase desleal” na agricultura aos estados da Região Sul. Já sobre o acordo Mercosul-UE, chama a atenção a “brutal diferença de subsídios”, quando comparamos a produção nacional com o resto do mundo.

— O subsídio brasileiro para a agricultura é algo em torno de US\$ 1,2 bilhão. Já dados de 2018 mostram que o governo dos EUA subsidiou sua produção em mais de US\$ 90 bilhões no ano passado. No mesmo período, a União Europeia subsidiou seus produtores em US\$ 126 bilhões, e a China, em US\$ 230 bilhões. E com um agravante, nossa carga tributária sobre os alimentos é a maior do mundo. Tudo isso distorce a competitividade.

## Acordo

Representante do Ministério da Agricultura, Flávio Bettarello defendeu o acordo Mercosul-UE. Ele reconheceu que diversos setores produtivos brasileiros serão desafiados. Por isso, explicou, são previstos períodos de transição para algumas culturas, que não serão totalmente desgravadas num primeiro momento, levando até 15 anos para que a importação livre seja possível. Ele garantiu que o governo está atento a essas pautas, mas que é preciso que o Brasil entenda que “para recebermos, também temos que dar alguma coisa”.

## Paulo Rocha critica aumento de 82% de queimada na Amazônia

O senador Paulo Rocha (PT-PA) criticou ontem, em Plenário, o aumento de 82% das queimadas na Amazônia entre janeiro e agosto, em comparação com o mesmo período do ano passado. Na opinião dele, o governo ignora os fatos e, com isso, tem entrado em conflito com organismos internacionais e lideranças estrangeiras que apoiam o financiamento de ações em defesa do meio ambiente.

— O senhor presidente está prestando um desserviço para a nossa nação, brigando com nações parceiras, e também está colocando em risco os nossos próprios negócios.

## Contarato questiona posição do governo sobre meio ambiente

Fabiano Conatarato (Rede-ES) cobrou ontem em Plenário, do presidente Jair Bolsonaro e de seus ministros, mudança no posicionamento e nas declarações agressivas sobre o meio ambiente.

— Os produtores estão preocupados, porque já se fala em boicote aos nossos produtos na Europa. A China já esteve aqui e falou, várias vezes, que acredita em sustentabilidade, na economia verde. Os produtores estão preocupados, com razão, porque exportamos US\$ 17,8 bilhões em produtos agrícolas e isso está em risco.

## Comissão discute licenciamento ambiental automático

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza hoje audiência pública para instruir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 71/2019, que altera as regras sobre licenciamento ambiental e abre a possibilidade de emissão automática da licença para realização de obras de infraestrutura, entre outras ações.

O projeto de Marcio Bitar (MDB-AC) propõe que, vencidos os prazos sem que a licença tenha sido emitida, a autorização será concedida sem a aprovação do poder público. Para o senador, a burocracia e o conjunto de leis ambientais inflexíveis são entraves ao desenvolvimento.

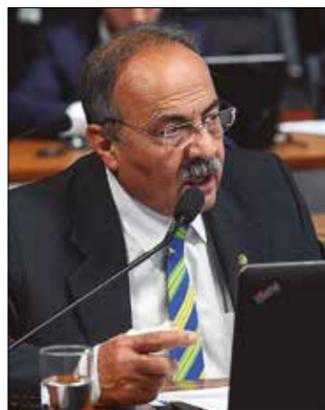
Jaques Wagner (PT-BA) propôs a audiência pública para discutir o tema com especialistas ambientais.

## Avança regulação de acesso à praia por local privado

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem relatório favorável à proposta que disciplina o acesso a locais de beleza cênica, como praias e cachoeiras, quando a travessia é feita por propriedades privadas. O texto legaliza, entre outros pontos, a cobrança pela entrada, desde que seja módica. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 74/2017 segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De autoria do então deputado federal Celso Jacob, o projeto assegura o livre trânsito por caminhos, trilhas, travessias e escaladas que levem a locais de beleza natural, desde que já sejam abertos à visitação pública, como frisou o relator da proposta, Chico Rodrigues (DEM-RR), que promoveu ajustes na proposta original.

Conforme estabelece a proposição, a cobrança pelo acesso é justificada por eventuais obras e serviços de conservação e manutenção dos locais de trânsito dos visitantes aos sítios



Turismo na natureza dinamiza economias locais, afirma Rodrigues

naturais públicos. Os recursos devem assegurar despesas com funcionários e razoável lucro ao proprietário.

Como contrapartida ao uso, o projeto prevê que as pessoas que transitam pelas vias privadas devem zelar pela conservação dos ecossistemas locais e respeitar os limites pelos proprietários e órgãos ambientais. Devem ser cumpridas também as regras dos planos de manejo de unidades de conservação abertas à visitação pública,

caso existam.

O trânsito pela propriedade até o destino poderá ser feito sem guia turístico, desde que a pessoa interessada contrate seguro por danos pessoais ou resgate, em caso de incidentes. Caso o interessado não tenha feito o seguro, é dever do proprietário ofertar e viabilizar o recolhimento do prêmio do seguro pelo interessado no dia da travessia. Essa foi uma das mudanças feitas pelo relator.

“As atividades ligadas ao turismo na natureza têm o condão de dinamizar economias locais e, ao mesmo tempo, promover a conscientização ambiental”, argumenta.

O texto determina que “é assegurado a todos o livre trânsito, em bens de propriedade privada, por caminhos, trilhas, travessias e escaladas que conduzam a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais de grande beleza cênica que sejam abertos à visitação pública”.

## Kajuru: Brasil é campeão mundial em desigualdade social

Jorge Kajuru (Patriota-GO) disse ontem que a falta de investimentos leva o país a ser campeão mundial de desigualdade.

Estudo da FGV Social revelou, segundo ele, que a renda dos brasileiros que ocupam a faixa dos 50% mais pobres caiu 17,1%, enquanto que a da classe média decresceu 4,2%.

— Herança escravocrata, falta de infraestrutura, educação pública deficiente, sistema tributário regressivo, patrimonialismo concentrador de renda e corrupção são fatores que têm levado o Brasil a ser campeão mundial de desigualdade social.